

NACIONAL

MERCADO DE TRABALHO

Ipea e Bird prevêm redução salarial

Pesquisa indica ser necessário corrigir FGTS a taxas de mercado para não incentivar saques

Sabrina Lorenzi
do Rio

Com ou sem a flexibilização das leis trabalhistas, o mercado de trabalho brasileiro está fadado à redução salarial, no que depender das sugestões do Banco Mundial (Bird) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no estudo "Empregos no Brasil", a ser lançado hoje em Brasília. "É necessário coibir o aumento do salário-mínimo e reduzir gradualmente os benefícios não salariais exigidos por lei", informa o relatório. A pressão sobre o rendimento parte de dois lados revelados na pesquisa: a proposta de desobrigar empresas a conceder reajustes e o retrato do próprio mercado, que naturalmente fará seus ajustes.

"O ideal é que o mercado de trabalho não banque Deus", diz o diretor do Centro de Estudos Sociais do Ipea, Ricardo Paes de Barros, um dos autores da pesquisa. Mais cedo ou mais tarde, diz ele, o maior acesso à educação conseguido nos últimos anos vai aumentar a competição, a oferta de mão-de-obra e, conseqüentemente, reduzir salários. "Os pobres vão competir com os ricos, ou os não-pobres. Na hora que esse contingente chegar lá, vamos sentir os efeitos da queda de salários."

O estudo mostra que o emprego está cada vez mais escasso no Brasil. O número de pessoas em idade ativa cresceu 25%, enquanto o total de postos só aumentou 12% entre 1991 e 2002. Com o aumento da escolaridade, a taxa de participação (disposição de entrar no mercado de trabalho) tende a crescer no futuro, o que poderá agravar a procura por emprego. Na última década, a taxa de participação no mercado de trabalho caiu de 61% para 56% das pessoas em idade ativa. "Se tivesse caído só a metade do que caiu (e mais pessoas tentassem entrar no mercado), as taxas de desemprego estariam em dois dígitos", informa.

Outro agravante para reforçar o mercado "apertado" é o aumento de participação das mulheres. A parcela feminina no mercado, hoje, chega a 59%. Em 1976, só quatro em cada dez mulheres eram assalariadas.

Mas o aumento de postos de trabalho não deve ser, segundo sugere Barros, a primeira meta a ser perseguida. Poderá vir, no longo prazo,

ARTE GAZETA

Relatório Empregos no Brasil

Salário e benefícios: tornar os contratos de trabalho mais flexíveis, com menos regras. Neste chamado "contrato mínimo", haveria possibilidade de reajuste de salário para baixo, de fixação do salário mínimo a nível regional e redução de benefícios atualmente obrigatórios.

FGTS: Correção a taxas de mercado para não incentivar o saque do FGTS. Pôr fim à obrigatoriedade da poupança depois de certo tempo (não definido) de depósito. A multa de 40% sobre o FGTS deveria ser entregue ao governo e não ao trabalhador.

Fundo de amparo aos carentes: Trabalhadores desamparados, a maioria deles entre os informais, teriam sua renda complementada por recursos provenientes da multa do FGTS, direcionada ao governo.

Seguro-desemprego: O seguro-desemprego também se reverteria para o fundo de amparo aos trabalhadores carentes.

Desempregados teriam que comprovar necessidade para receber o benefício, já que, segundo o estudo, muitos deles estão entre jovens pertencentes a famílias de bom rendimento. A FGV discorda; mostra que a maior taxa de miséria está entre os desempregados, apesar de o grupo não representar a maioria de pobres.

Justiça do Trabalho: avaliar as regras de arbitragem e a justiça das decisões dos tribunais. A flexibilidade para que patrão e empregado se entendam no próprio trabalho reduziria o número de ações trabalhistas ao mesmo tempo em que permitiria ao funcionário continuar trabalhando no mesmo emprego.

Produtividade: Com o combate à rotatividade por meio das propostas acima, o empresário deverá investir em treinamento de seus profissionais, o que elevará o nível de produtividade do trabalho.

como consequência dos ganhos de produtividade — esta sim a maior preocupação do estudo. Para o Banco Mundial, as empresas brasileiras não conseguiram agregar valor a seus funcionários na última década, pelo contrário. Resultado: a produtividade recuou 3% nesse período, segundo o Bird. Barros diz que este dado, porém, não é consenso entre os autores do estudo e pode ser modificado antes de sua publicação.

Para alcançar mais qualidade no emprego, com mais investimentos e produtividade, recomenda-se ainda o combate à rotatividade no trabalho. A troca de empresa a cada ano atinge a 50% dos empregados, mostra o relatório. Para reduzir a rotatividade, seria necessária uma verdadeira revolução na distribuição de benefícios. FGTS, indenização, por rescisão sem justa causa e seguro-desemprego são abordados pelo estudo como os principais estímulos à rotatividade. "A medida que o saldo do FGTS cresce, o estímulo para pedir demissão se torna cada vez maior", avalia Paes de Barros.

A proposta é eliminar o que o estudo chama de "subsídio à rotatividade", sem, contudo, extinguir os benefícios ao trabalhador. A idéia é

redirecioná-los. Assim, o FGTS continuaria sendo depositado pelo patrão, mas não como poupança voltada à política habitacional. "Depois de dois anos, por exemplo, o fundo poderia ser liberado. A poupança seria obrigatória somente por um curto espaço de tempo e depois funcionaria como aumento de salário", informa o especialista.

Dados do Centro de Estudos Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), contudo, mostram que a maior parte dos trabalhadores que promovem a rotatividade sequer recebem FGTS. A taxa de rotatividade entre os trabalhadores informais é quatro vezes maior do que no emprego com carteira assinada (portanto para quem recebe FGTS), afirma Marcelo Neri, chefe do centro da FGV. Para ele, o principal mal do mercado de trabalho e da rotatividade está na informalidade e não nos benefícios trabalhistas.

Neri, contudo, é a favor da flexibilização das leis trabalhistas como maneira de desonerar empresas, obter mais emprego formal e reduzir a informalidade. "Vejo com bons olhos programas que isentam empresas de pagar imposto como o Primeiro Emprego (proposta de gover-

no de Lula). Ao mesmo tempo em que se gera mais emprego, combate-se a informalidade, pois o trabalho informal é formado na sua maioria por pessoas da mesma faixa etária do programa (15 a 24 anos)."

Informalidade e pobreza

O estudo do Bird e do Ipea também demonstra sua face social, mirando nos trabalhadores informais. Paes de Barros sugere a criação de um fundo para reduzir a diferença salarial entre empregados. A multa por rescisão de contrato e o seguro-desemprego não seriam concedidos diretamente ao trabalhador; iriam parar num fundo de redistribuição para os trabalhadores mais pobres, a maioria colocada no mercado informal, que atinge mais da metade da força de trabalho. O total de recursos, diz Barros, poderia estar na casa dos R\$ 5 bilhões, mas não há cálculos fechados sobre esse valor. Ele também propõe mais liberdade aos sindicatos negociarem questões trabalhistas. Seria outra medida a fim de inibir a rotatividade, pois levaria à resolução dos problemas entre empregados e patrões sem a intervenção da Justiça do Trabalho.

(* Gazeta Mercantil Tempo Real)